

ATENDIMENTO

A compreensão de que a situação de rua faz parte da questão social e que a formulação, implementação e controle das políticas sociais encontram limites no atual estágio de desenvolvimento capitalista faz parte dos estudos analisados (MALFITANO, 2008; REIS, 2014). Críticas em relação ao recolhimento compulsório de crianças e adolescentes e a perpetuação de práticas de criminalização, controle e repressão direcionadas aos pobres estão incluídas no repertório dos estudos analisados. Eles sugerem que o medo e o risco acabam por determinar o funcionamento das políticas sociais e dos serviços voltados para este grupo social. Além das implicações negativas nas histórias de vida desses sujeitos, este tipo de prática não tem trazido resultados positivos concretos na proteção da maioria dos sujeitos recolhidos, nem contribuem na busca por alternativas para sua saída definitiva das ruas (GATTO BRITO, 2011; VARGENS, 2011).

Os desafios para o atendimento a esta população são muitos e complexos e as intervenções realizadas atualmente não respondam satisfatoriamente às necessidades de enfrentamento da questão. Ainda assim, as ações desenvolvidas no sentido de promover a saída das ruas são necessárias, assim como seu fortalecimento, articulação e ampliação. Neste sentido, destaca-se a importância da realização de atividades em âmbito preventivo e do fortalecimento das ações que fazem parte da rede de proteção social básica (LIMA, 2010). Para um acompanhamento efetivo dessa população, no sentido da superação de sua condição de rua, é preciso ir além do apoio psicológico ou social. É preciso aproximar-se dessa realidade e compreender as múltiplas facetas da vida desses sujeitos, enxergando-os para além do rótulo de “meninos de rua” (ALMEIDA, 2011).

Diversos estudos apontam elementos que podem contribuir para a melhoria do atendimento ofertado a esta população. Os mais citados são: o atendimento intersetorial, as redes de apoio, a mudança do caráter proibicionista das políticas, a construção de vínculos pessoais e sociais, a valorização das capacidades e potencialidades, a construção de perspectivas de futuro, bem como o estabelecimento de um modelo consistente de cooperação entre a sociedade civil e o governo na articulação das políticas públicas (MARCELINO, 2006; FINKLER, 2011). Embora as limitações de iniciativas voltadas para a colocação desses sujeitos no mercado de trabalho tenham sido pontuadas, essas ações também tiveram destaque por sua contribuição para a socialização, o controle das pulsões, a construção de alternativas no mercado informal e a compensação de dificuldades cotidianas (OLIVEIRA JUNIOR, 2003; ABREU, 2010).